

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	32.774
Preferenciais	0
Total	32.774
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	322.388	303.309
1.01	Ativo Circulante	984	1.388
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	966	1.370
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18	18
1.01.08.03	Outros	18	18
1.02	Ativo Não Circulante	321.404	301.921
1.02.02	Investimentos	321.388	301.905
1.02.02.01	Participações Societárias	321.388	301.905
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	321.388	301.905
1.02.03	Imobilizado	16	16
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16	16

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	322.388	303.309
2.01	Passivo Circulante	1.112.995	1.032.974
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	95	53
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7	53
2.01.01.01.02	Encargos Sociais	7	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	88	0
2.01.02	Fornecedores	0	2
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	2
2.01.03	Obrigações Fiscais	42	49
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	42	49
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	42	49
2.01.05	Outras Obrigações	3.703	2.413
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	693	693
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	693	693
2.01.05.02	Outros	3.010	1.720
2.01.05.02.04	Outros Credores	3.010	1.720
2.01.06	Provisões	1.109.155	1.030.457
2.01.06.02	Outras Provisões	1.109.155	1.030.457
2.01.06.02.04	Provisão p/Desvalorização das Particip. em Controladas	1.109.155	1.030.457
2.02	Passivo Não Circulante	1.387.648	1.389.474
2.02.02	Outras Obrigações	1.387.551	1.389.271
2.02.02.02	Outros	1.387.551	1.389.271
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.384.111	1.384.111
2.02.02.02.04	Outros Credores	3.440	5.160
2.02.04	Provisões	97	203
2.02.04.02	Outras Provisões	97	203
2.02.04.02.04	Provisões Diversas	97	203
2.03	Patrimônio Líquido	-2.178.255	-2.119.139
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.152.019	-3.092.903

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-59.081	-230.494
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-296	-454
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	430	430
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-78.698	-231.809
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.483	1.339
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-59.081	-230.494
3.06	Resultado Financeiro	7	4
3.06.01	Receitas Financeiras	0	4
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-59.074	-230.490
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-42	0
3.08.01	Corrente	-42	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-59.116	-230.490
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-59.116	-230.490
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,80400	-7,03300
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-1,80400	-7,03300

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-59.116	-230.490
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	34.450
4.02.02	Aumento Valor Patrimonial de Investimento em Controlada	0	34.450
4.03	Resultado Abrangente do Período	-59.116	-196.040

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-404	-295
6.01.01	Pagamento de Fornecedores	-225	-178
6.01.02	Pagamento de Salários e Encargos	-176	-108
6.01.03	Pagamento de Outras Despesas Operacionais e Adm.	-7	-4
6.01.04	Pagamento de Tributos	-3	-5
6.01.05	Resultado Financeiro	7	0
6.03.01	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	0	-8.600
6.03.02	Resultado não Operacional Líquido	0	8.600
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-404	-295
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.370	711
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	966	416

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-3.092.903	0	-2.119.139
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-3.092.903	0	-2.119.139
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-59.116	0	-59.116
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-59.116	0	-59.116
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-3.152.019	0	-2.178.255

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-2.330.029	0	-1.356.265
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-2.330.029	0	-1.356.265
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-196.040	0	-196.040
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-230.490	0	-230.490
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	34.450	0	34.450
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-2.526.069	0	-1.552.305

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	-78.698	-231.379
7.01.02	Outras Receitas	-78.698	-231.379
7.01.02.01	Provisão para Desvalorização das Participações Societárias Permanentes	-78.698	-231.379
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-135	-181
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-128	-167
7.02.04	Outros	-7	-14
7.03	Valor Adicionado Bruto	-78.833	-231.560
7.04	Retenções	31	-61
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-60
7.04.02	Outras	31	-1
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-78.802	-231.621
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.920	1.343
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.483	1.339
7.06.02	Receitas Financeiras	7	4
7.06.03	Outros	430	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-58.882	-230.278
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-58.882	-230.278
7.08.01	Pessoal	126	140
7.08.01.01	Remuneração Direta	126	140
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	108	72
7.08.02.01	Federais	108	72
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-59.116	-230.490
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-59.116	-230.490

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	451.466	419.808
1.01	Ativo Circulante	172.329	110.620
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.106	912
1.01.02	Aplicações Financeiras	55.026	41.091
1.01.03	Contas a Receber	38.672	56.673
1.01.03.01	Clientes	2.675	4.986
1.01.03.01.01	Consumidores	2.871	5.171
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-196	-185
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	35.997	51.687
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	35.997	51.687
1.01.04	Estoques	4.121	3.484
1.01.07	Despesas Antecipadas	167	135
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	73.237	8.325
1.01.08.03	Outros	73.237	8.325
1.01.08.03.01	Devedores Diversos	65.946	16
1.01.08.03.03	Créditos Fiscais	1.481	1.583
1.01.08.03.04	Outros Créditos	18	18
1.01.08.03.05	Transações com Partes Relacionadas	5.792	6.708
1.02	Ativo Não Circulante	279.137	309.188
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	189.149	218.867
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	189.149	218.867
1.02.01.09.03	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	163.432	218.272
1.02.01.09.06	Devedores Diversos	25.122	0
1.02.01.09.09	Outros Créditos	309	309
1.02.01.09.10	Bens e Direitos Destinados à Alienação	286	286
1.02.02	Investimentos	54.444	54.069
1.02.02.01	Participações Societárias	54.444	54.069
1.02.03	Imobilizado	34.907	35.642
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	34.907	35.642
1.02.04	Intangível	637	610
1.02.04.01	Intangíveis	637	610
1.02.04.01.02	Outros	637	610

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	451.466	419.808
2.01	Passivo Circulante	1.169.212	1.079.877
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	832	1.280
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	832	1.280
2.01.02	Fornecedores	1.440	458
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.440	458
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.848	1.818
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.823	1.382
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.122	285
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	240	514
2.01.03.01.03	REFIS/PAES/PAEX	290	451
2.01.03.01.04	Outros	171	132
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	25	373
2.01.03.02.01	ICMS	25	373
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	63
2.01.03.03.01	ISS	0	63
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.773	833
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.773	833
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.773	833
2.01.05	Outras Obrigações	47.164	45.031
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	40.904	39.366
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	40.904	39.366
2.01.05.02	Outros	6.260	5.665
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	1.397	2.212
2.01.05.02.07	Outros Credores	3.248	1.952
2.01.05.02.08	Obrigações Estimadas	1.615	1.501
2.01.06	Provisões	1.109.155	1.030.457
2.01.06.02	Outras Provisões	1.109.155	1.030.457
2.01.06.02.04	Provisão para Desvalorização de Participação Societária	1.109.155	1.030.457
2.02	Passivo Não Circulante	1.460.509	1.459.070
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.722	15.282
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	14.722	15.282
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	14.722	15.282
2.02.02	Outras Obrigações	1.445.301	1.443.196
2.02.02.02	Outros	1.445.301	1.443.196
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.384.111	1.384.111
2.02.02.02.05	Tributos e Contribuições Sociais	2.134	0
2.02.02.02.08	Outros Credores	3.564	5.160
2.02.02.02.09	Transações com Partes Relacionadas	55.492	53.925
2.02.04	Provisões	486	592
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	486	592
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	486	592
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-2.178.255	-2.119.139
2.03.01	Capital Social Realizado	973.764	973.764
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.152.019	-3.092.903

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.276	17.135
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.575	-12.880
3.03	Resultado Bruto	2.701	4.255
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-55.426	-232.706
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.646	-2.365
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	25.532	430
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-78.698	-231.809
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	386	1.038
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-52.725	-228.451
3.06	Resultado Financeiro	2.981	-1.940
3.06.01	Receitas Financeiras	6.609	851
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.628	-2.791
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-49.744	-230.391
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.372	-99
3.08.01	Corrente	-9.372	-99
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-59.116	-230.490
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-59.116	-230.490
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-59.116	-230.490
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,80400	-7,03300

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-59.116	-230.490
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	34.450
4.02.02	Aumento do Valor Patrimonial do Investimento em Controlada	0	34.450
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-59.116	-196.040
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-59.116	-196.040

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.178	8.760
6.01.01	Recebimento de Clientes	12.103	19.309
6.01.02	Pagamento de Fornecedores	-1.623	-1.003
6.01.03	Pagamento de Salários e Encargos	-5.416	-3.904
6.01.04	Pagamento de Outras Despesas Operacionais e Administrativas	-213	-1.116
6.01.05	Pagamento de Tributos	-3.284	-5.094
6.01.06	Resultado Financeiro	611	568
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	12.265	-11.206
6.02.01	Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-1.133	-2.118
6.02.02	Cauções - Licitações	0	-9.000
6.02.03	Outros	0	-88
6.02.04	Indenização do Ativo Financeiro de Transmissão	13.398	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-314	-1.539
6.03.01	Resultado não Operacional Líquido	0	8.600
6.03.03	Pagamento de Serviço da Dívida	-314	-10.139
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	14.129	-3.985
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	42.003	33.728
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	56.132	29.743

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-3.092.903	0	-2.119.139	0	-2.119.139
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-3.092.903	0	-2.119.139	0	-2.119.139
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-59.116	0	-59.116	0	-59.116
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-59.116	0	-59.116	0	-59.116
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-3.152.019	0	-2.178.255	0	-2.178.255

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	973.764	0	0	-2.330.029	0	-1.356.265	0	-1.356.265
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	973.764	0	0	-2.330.029	0	-1.356.265	0	-1.356.265
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-196.040	0	-196.040	0	-196.040
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-230.490	0	-230.490	0	-230.490
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	34.450	0	34.450	0	34.450
5.07	Saldos Finais	973.764	0	0	-2.526.069	0	-1.552.305	0	-1.552.305

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	-66.870	-210.326
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.839	21.066
7.01.02	Outras Receitas	-78.698	-231.379
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-11	-13
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.520	-6.861
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.231	-1.179
7.02.04	Outros	-3.289	-5.682
7.03	Valor Adicionado Bruto	-71.390	-217.187
7.04	Retenções	-840	-4.349
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-871	-4.289
7.04.02	Outras	31	-60
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-72.230	-221.536
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	32.527	1.889
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	386	1.038
7.06.02	Receitas Financeiras	6.609	851
7.06.03	Outros	25.532	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-39.703	-219.647
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-39.703	-219.647
7.08.01	Pessoal	4.599	3.760
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.186	4.292
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.628	2.791
7.08.03.01	Juros	3.628	2.791
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-59.116	-230.490
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-59.116	-230.490

Comentário do Desempenho

I – DESEMPENHO OPERACIONAL INDIVIDUAL

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS INDIVIDUAIS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/03/2012	31/03/2013	Variação 31/03/2012 - 31/03/2013
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	321	261	-18,69%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(454)	(296)	-34,80%
EBITDA (R\$ mil)	(453)	(296)	-34,66%
Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(230.490)	(59.116)	-74,35%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/12/2012	31/03/2013	Variação 31/12/2012 - 31/03/2013
Liquidez Seca	0,00134	0,00088	-34,20%
Liquidez Corrente	0,00134	0,00088	-34,20%
Ativo Total - (R\$ mil)	303.309	322.388	6,29%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	2.422.448	2.500.643	3,23%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(2.119.139)	(2.178.255)	2,79%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Até 30/06/2009 a Companhia manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 31/03/2013, por intermédio do acionista controlador, no intuito de ofertar a continuidade operacional da Controladora, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, sendo que o adiantamento no valor de R\$100.000 mil, de 29 de dezembro de 2011, foi aportado posteriormente pela Celgpar na Subsidiária Celg D, em decorrência do acordo firmado entre a Celgpar, Estado de Goiás e Eletrobras, bem como o adiantamento de R\$1.270.111, de 16 de maio de 2012, posteriormente aportado na Subsidiária Celg D:

Comentário do Desempenho

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
26/10/2011	1.455
29/12/2011	100.000
16/05/2012	1.270.111
31/10/2012	2.000
TOTAL	1.384.111

Em função da Companhia ainda não possuir uma fonte própria de geração de Receita Operacional, observa-se a impossibilidade de se efetuar os cálculos dos indicadores relacionados a este parâmetro de análise.

De maneira geral, verifica-se que a Companhia apresenta baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante. De 01/01/2013 até 31/03/2013, observou-se que a maior concentração das obrigações da Companhia se refere à Provisão para Desvalorização em Participações Societárias Permanentes, efetuada em função da situação de Passivo a Descoberto ocorrida na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D.

II – DESEMPENHO OPERACIONAL CONSOLIDADO

NÚMERO DE CONSUMIDORES

Apresenta-se abaixo o total de consumidores atendidos pela Subsidiária Celg D no primeiro trimestre de 2013:

Comentário do Desempenho

CLASSES	mar/13
Residencial	2.106.229
Industrial	11.197
Comercial	220.619
Rural	170.053
Poderes Públicos	16.942
Iluminação Pública	621
Serviços Públicos	2.109
Consumo Próprio	279
Total	2.528.049
Suprimento	1
TOTAL	2.528.050

CONSUMO FATURADO – MWh

Apresenta-se abaixo o total do consumo faturado pela Subsidiária Celg D no primeiro trimestre de 2013:

CLASSES	JAN-MAR/2013
Residencial	977.522
Industrial	541.653
Comercial	543.637
Rural	225.552
Poderes Públicos	95.014
Iluminação Pública	131.981
Serviços Públicos	86.960
Consumo Próprio	1.432
Total	2.603.751
Suprimento	24.378
TOTAL	2.628.129

Comentário do Desempenho

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	31/03/2012	31/03/2013	Variação 31/03/2012 - 31/03/2013
Receita Operacional Bruta - ROB (R\$ mil)	21.066	11.839	-43,80%
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	17.135	10.276	-40,03%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	5.024	6.122	21,86%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	1.890	55	-97,09%
EBITDA (R\$ mil)	6.180	926	-85,02%
Prejuízo Líquido (R\$ mil)	(230.490)	(59.116)	-74,35%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	11,03%	0,54%	-95,15%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	36,07%	9,01%	-75,01%
Margem Líquida - PREJUÍZO LÍQUIDO/ROL (%)	-1345,14%	-575,28%	-57,23%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	31/12/2012	31/03/2013	Variação 31/12/2012 - 31/03/2013
Liquidez Seca	0,09921	0,14386	45,01%
Liquidez Corrente	0,10244	0,14739	43,88%
Ativo Total - (R\$ mil)	419.808	451.466	7,54%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	2.538.947	2.629.721	3,58%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(2.119.139)	(2.178.255)	2,79%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

De maneira geral, verifica-se que a Controladora, sua Controlada e sua Subsidiária apresentam baixos índices de liquidez em função dos valores das obrigações com terceiros serem proporcionalmente bem maiores do que os recursos aplicados no seu Ativo Circulante.

A situação de Passivo a Descoberto ocorrida na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D acarretou alteração nos cálculos dos seguintes indicadores:

- 1) Geração de Caixa Operacional – EBITDA, que apresentou piora em função da não presença do efeito das despesas com depreciação da Subsidiária Celg D no processo de consolidação dos resultados da Celgpar;
- 2) Prejuízo Líquido Consolidado: especificamente no que concerne ao Resultado do Serviço e Resultado Financeiro do primeiro trimestre de 2013 da Subsidiária Celg D cujo efeito, no resultado consolidado da Celgpar, foi capturado pela adoção do Método da Equivalência Patrimonial como critério de avaliação do investimento permanente nesta subsidiária.

Notas Explicativas



**Companhia Celg de Participações -
CELGP**

**CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO**

**Informações Trimestrais
Consolidadas em IFRS
Trimestre findo em 31 de março de
2013**

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
REAPRESENTADO					
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	966	1.370	56.132	42.003
Consumidores	4	-	-	2.871	5.171
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(196)	(185)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	35.997	51.687
Devedores diversos	5	-	-	67.427	1.599
Transações com Partes Relacionadas	30	-	-	5.792	6.708
Outros créditos	6/10.2.b	18	18	18	18
Estoques	7	-	-	4.121	3.484
Despesas antecipadas	-	-	-	167	135
Total do ativo circulante		984	1.388	172.329	110.620
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	163.432	218.272
Devedores Diversos	5	-	-	25.122	-
Outros Créditos	6/10.2.b	-	-	309	309
Bens e Direitos Destinados à Alienação	9	-	-	286	286
		-	-	189.149	218.867
INVESTIMENTOS	10	321.388	301.905	54.444	54.069
IMOBILIZADO	11	16	16	34.907	35.642
INTANGÍVEL	12	-	-	637	610
		321.404	301.921	89.988	90.321
Total do Ativo não Circulante		321.404	301.921	279.137	309.188
TOTAL DO ATIVO		322.388	303.309	451.466	419.808

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, Vanderley Oliveira Lima.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
CIRCULANTE					REAPRESENTADO
Fornecedores	15/10.2.e	-	2	1.440	458
Folha de Pagamento	-	-	-	832	1.280
Tributos e Contribuições Sociais	16/10.2.f	137	102	7.848	1.818
Obrigações Estimadas	17	-	-	1.615	1.501
Empréstimos e Financiamentos	14	-	-	2.773	833
Taxas Regulamentares	18/10.2.g	-	-	1.397	2.212
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	10	1.109.155	1.030.457	1.109.155	1.030.457
Transações com Partes Relacionadas	30	693	693	40.904	39.366
Outros Credores	20	3.010	1.720	3.248	1.952
Total do Passivo Circulante		1.112.995	1.032.974	1.169.212	1.079.877
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	13	1.384.111	1.384.111	1.384.111	1.384.111
Empréstimos e Financiamentos	14	-	-	14.722	15.282
Tributos e Contribuições Sociais	16/10.2.f	-	-	2.134	-
Provisões para Contingências	19	97	203	486	592
Transações com Partes Relacionadas	30	-	-	55.492	53.925
Outros Credores	20	3.440	5.160	3.564	5.160
Total do Passivo não Circulante		1.387.648	1.389.474	1.460.509	1.459.070
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	21	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	21	(3.152.019)	(3.092.903)	(3.152.019)	(3.092.903)
		(2.178.255)	(2.119.139)	(2.178.255)	(2.119.139)
TOTAL DO PASSIVO		322.388	303.309	451.466	419.808

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, Vanderley Oliveira Lima.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
		01/01/2013 - 31/03/2013	01/01/2012 - 31/03/2012	01/01/2013 - 31/03/2013	01/01/2012 - 31/03/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	-	-	10.276	17.135
CUSTO OPERACIONAL	23	-	-	(2.541)	(1.899)
Pessoal e Administradores		-	-	(60)	(41)
Entidade de Previdência Privada		-	-	(59)	(31)
Materiais		-	-	(812)	(861)
Serviços de terceiros		-	-	(865)	(4.277)
Depreciação		-	-	(1)	-
Amortização do Ativo Financeiro - Concessões		-	-	(11)	(13)
Provisão/reversão de créditos de liquidação duvidosa		-	-	(68)	(59)
Taxa de fiscalização		-	-	6	-
Recuperação de Despesas		-	-	(20)	(22)
Tributos		-	-	(3.031)	(5.581)
Custo da Construção		-	-	(74)	(71)
Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos		-	-	(39)	(35)
Outros		-	-	(7.575)	(12.880)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	2.701	4.255
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	23	(296)	(454)	(2.646)	(2.365)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(296)	(454)	55	1.890
OUTRAS RECEITAS		430	430	25.532	430
OUTRAS RECEITAS LÍQUIDAS		430	430	25.532	430
OUTRAS DESPESAS		(78.698)	(231.809)	(78.698)	(231.809)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/FINANCEIRAS LÍQUIDAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(78.564)	(231.833)	(53.111)	(229.489)
RECEITAS FINANCEIRAS	27				
Rendas		7	4	2.635	774
Variações Monetárias e Cambiais		-	-	3.973	75
Outras		-	-	1	2
DESPESAS FINANCEIRAS	27				
Encargos de dívida		-	-	(2.595)	(2.210)
Variações Monetárias e Cambiais		-	-	(893)	(528)
Outras		-	-	(140)	(53)
RESULTADO FINANCEIRO	27	7	4	2.981	(1.940)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		19.483	1.339	386	1.038
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(59.074)	(230.490)	(49.744)	(230.391)
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		(42)	-	(9.372)	(99)
Contribuição Social		(13)	-	(2.484)	(28)
Imposto de Renda		(29)	-	(6.888)	(71)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(59.116)	(230.490)	(59.116)	(230.490)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	-	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(59.116)	(230.490)	(59.116)	(230.490)
RESULTADO POR AÇÃO	28				
Resultado por ação ordinária - básico		(1.804)	(7.033)	(1.804)	(7.033)
Resultado por ação ordinária - diluído		(1.804)	(7.033)	(1.804)	(7.033)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Resultado por ação ordinária - básico		(1.804)	(7.033)	(1.804)	(7.033)
Resultado por ação ordinária - diluído		(1.804)	(7.033)	(1.804)	(7.033)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompô de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, Vanderley Oliveira Lima.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE MARÇO DE 2013 E 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	01/01/2013 - 31/03/2013	01/01/2012 - 31/03/2012	01/01/2013 - 31/03/2013	01/01/2012 - 31/03/2012
PREJUÍZO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO	(59.116)	(230.490)	(59.116)	(230.490)
Outros Resultados Abrangentes	-	34.450	-	34.450
Aumento Valor Patrimonial do Investimento Subsidiária Celg D	-	34.450	-	34.450
Resultado Abrangente Consolidado do Período	(59.116)	(196.040)	(59.116)	(196.040)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, Vanderley Oliveira Lima.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE MARÇO DE 2012 - INDIVIDUAL

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	973.764	(2.330.029)	(1.356.265)
Prejuízo Líquido do Período	-	(230.490)	(230.490)
Outros Resultados Abrangentes do Período	-	34.450	34.450
Saldos em 31 de março de 2012 - Reapresentado	973.764	(2.526.069)	(1.552.305)
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2012	973.764	(3.092.903)	(2.119.139)
Prejuízo Líquido do Período	-	(59.116)	(59.116)
Saldos em 31 de março de 2013	973.764	(3.152.019)	(2.178.255)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, Vanderley Oliveira Lima.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE MARÇO DE 2012 - CONSOLIDADA
(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	973.764	(2.330.029)	(1.356.265)	(1.356.265)
Prejuízo Líquido do Período	-	(230.490)	(230.490)	(230.490)
Outros Resultados Abrangentes do Período	-	34.450	34.450	34.450
Saldos em 31 de março de 2012 - Reapresentado	973.764	(2.526.069)	(1.552.305)	(1.552.305)
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2012	973.764	(3.092.903)	(2.119.139)	(2.119.139)
Prejuízo Líquido do Período	-	(59.116)	(59.116)	(59.116)
Saldos em 31 de março de 2013	973.764	(3.152.019)	(2.178.255)	(2.178.255)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albermaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, Vanderley Oliveira Lima.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE MARÇO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
				REAPRESENTADO
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de Clientes	-	-	12.103	19.309
<u>Pagamentos:</u>				
- Fornecedores	(225)	(178)	(1.623)	(1.003)
- Salários e Encargos	(176)	(108)	(5.416)	(3.904)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(7)	(4)	(213)	(1.116)
- Tributos	(3)	(5)	(3.284)	(5.094)
Resultado Financeiro	7	-	611	568
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	<u>(404)</u>	<u>(295)</u>	<u>2.178</u>	<u>8.760</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
- Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-	-	(1.133)	(2.118)
- Indenização do Ativo Financeiro de Transmissão	-	-	13.398	-
- Cauções - Licitações	-	-	-	(9.000)
- Outros	-	-	-	(88)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.265</u>	<u>(11.206)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
- Outros Resultados Líquidos	-	8.600	-	8.600
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	(8.600)	-	-
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(314)	(10.139)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(314)</u>	<u>(1.539)</u>
CAIXA LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>(404)</u>	<u>(295)</u>	<u>14.129</u>	<u>(3.985)</u>
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	1.370	711	42.003	33.728
Saldo final de Caixa e Equivalentes	<u>966</u>	<u>416</u>	<u>56.132</u>	<u>29.743</u>
	<u>(404)</u>	<u>(295)</u>	<u>14.129</u>	<u>(3.985)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, Vanderley Oliveira Lima.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE MARÇO DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

REF.	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				REAPRESENTADO
1				
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	-	-	11.839	21.066
Provisões/Reversões-Créditos Liq. Duvidosa	-	-	(11)	(13)
Outros Resultados	(78.698)	(231.379)	(78.698)	(231.379)
	<u>(78.698)</u>	<u>(231.379)</u>	<u>(66.870)</u>	<u>(210.326)</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2				
Serviços de Terceiros	128	167	1.154	1.134
Materiais	-	-	77	45
Outros Custos Operacionais	7	14	3.289	5.682
	<u>135</u>	<u>181</u>	<u>4.520</u>	<u>6.861</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	<u>(78.833)</u>	<u>(231.560)</u>	<u>(71.390)</u>	<u>(217.187)</u>
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO				
4				
Provisões Operacionais	(31)	60	(31)	60
Depreciação, amortização e exaustão	-	1	871	4.289
	<u>(31)</u>	<u>61</u>	<u>840</u>	<u>4.349</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	<u>(78.802)</u>	<u>(231.621)</u>	<u>(72.230)</u>	<u>(221.536)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6				
Receitas Financeiras	7	4	6.609	851
Outros Resultados	430	-	25.532	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	19.483	1.339	386	1.038
	<u>19.920</u>	<u>1.343</u>	<u>32.527</u>	<u>1.889</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	<u>(58.882)</u>	<u>(230.278)</u>	<u>(39.703)</u>	<u>(219.647)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
8				
	<u>126</u>	<u>140</u>	<u>4.599</u>	<u>3.760</u>
GOVERNO				
9				
	<u>108</u>	<u>72</u>	<u>11.186</u>	<u>4.292</u>
FINANCIADORES				
10				
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.628</u>	<u>2.791</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO				
11				
	<u>(59.116)</u>	<u>(230.490)</u>	<u>(59.116)</u>	<u>(230.490)</u>
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)	<u>(58.882)</u>	<u>(230.278)</u>	<u>(39.703)</u>	<u>(219.647)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecci, José Carlos Aleluia Costa, Peterson Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompão de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, Vanderley Oliveira Lima.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Notas Explicativas

**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013
(em milhares de Reais)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**1.1 – Contexto operacional da Controladora**

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participações societárias nas seguintes sociedades:

CONTROLADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT	100 %
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D	100 %

1.2 - CONTEXTO OPERACIONAL DA SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

A Subsidiária CELG Distribuição S.A. - CELG D, sociedade de capital fechado, é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Com a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo do Estado de Goiás, as Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras e a Celgpar, acordo este assinado em 24 de abril de 2012, verificou-se, tomando por base os pressupostos da NBC TG 36 (Demonstrações Consolidadas), que a Eletrobras passou a deter a preponderância e controle sobre as deliberações sociais da Celg D, incluindo a indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Subsidiária, bem como as respectivas diretorias: Presidência, Diretoria Econômico-Financeira, Diretoria de Regulação, Diretoria Administrativa e Diretoria de Operação (Ver Nota Explicativa nº. 32-a – Outras Informações e Nota Explicativa nº. 2.III.a-2 – Apresentação das Informações Trimestrais e Principais Práticas Contábeis – Procedimentos de Consolidação).

Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Notas Explicativas

A Subsidiária detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.528.049 clientes, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km², regulada pelo Contrato de Concessão nº. 63 de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, a Subsidiária e o acionista majoritário, o qual permanece com seu termo de vigência até 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por um período de mais 20 anos (Ver Nota Explicativa nº. 32-b – Outras Informações).

A ANEEL editou em 04 de setembro de 2012 a Resolução Homologatória nº. 1.342, a qual publicou o resultado do reajuste anual das tarifas da Controlada, informando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica ficam reajustadas em média 11,94% (onze vírgula noventa e quatro por cento). O Despacho Autorizativo nº. 2.153, de 29 de junho de 2012, da Superintendência de Regulação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, explicita que a Subsidiária Celg D encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais desde o dia 29 de junho de 2012, tendo sido autorizado a aplicação deste reajuste tarifário.

1.3 - CONTEXTO OPERACIONAL DA CONTROLADA CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGPAR, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT possui 03 usinas, todas hidrelétricas, linhas e subestações de transmissão pertencentes a rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. Estas concessões são as seguintes:

<u>Geração</u>	<u>Localidade</u>	<u>Contrato</u>	<u>Data concessão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Capacidade instalada (MW)</u>	<u>Capacidade utilizada (MW)</u>
Hidrelétricas:						
Rochedo	Rio Meia Ponte	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	4,000	4,000
São Domingos ¹	Rio São Domingos	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mosquito	Rio Mosquito	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	0,360	0,360
					<u>16,360</u>	<u>16,360</u>

¹ - Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da Celg GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, bem como na esfera judicial.

Notas Explicativas

<u>Transmissão</u>	<u>Localidade</u>	<u>Contrato</u>	<u>Data concessão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Capacidade instalada (MVA)</u>
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	1.989

¹ - Ver Nota Explicativa nº. 32.c - Outras Informações - Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação, as divulgações significativas dos contratos de concessão de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encontram-se relacionadas na Nota Explicativa 32-c – Outras Informações, incluindo os efeitos advindos do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamentou a MP nº. 579/2012.

Evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido para as Usinas de Rochedo e Mosquito; 2) Exercido para a Usina de São Domingos.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAPs desta atividade.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- I. As informações trimestrais da Controladora, de sua Controlada e Subsidiária Integral são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Leis nº. 6.404/76, nº. 10.303/2001, nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009); disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; pronunciamentos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*; Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – NBC TG com respectivas interpretações e orientações técnicas, e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em função da participação acionária da holding nessas concessionárias.
- II. A Celgpar adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM, CPC e CFC que estavam em vigor em 31 de março de 2013. As políticas contábeis detalhadas abaixo foram aplicadas de

Notas Explicativas

maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações trimestrais.

III. As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora, sua Controlada e Subsidiária Integral são as seguintes:

a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das informações trimestrais da Companhia Celg de Participações - CELGPAR e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 (Demonstrações Consolidadas).

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas a partir da demonstração financeira individual da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das informações trimestrais consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresas coligadas e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas informações trimestrais consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada e subsidiária são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas informações trimestrais consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na subsidiária Celg D permaneceu ajustado pela equivalência patrimonial nas informações trimestrais consolidadas, incluindo a respectiva provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária, ou seja, os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária não foram consolidados com a Celgpar nas informações trimestrais de 31 de março de 2013, tendo sido feita a reapresentação da posição de resultados de 31 de março de 2012 desconsolidando-se os números da Celg D para efeito de comparabilidade (Nota Explicativa Nº. 1.2).
- a.3. As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 31 de março de 2013 e geraram a reapresentação da posição consolidada da Celgpar na data base de 31 de dezembro de 2012, visto que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, nos moldes da NBC TG 19 – Negócios em Conjunto.

Notas Explicativas

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora, sua Controlada e sua subsidiária consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das informações trimestrais.

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do balanço.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício social.

d. Contas a Receber - Estado de Goiás

Os créditos a receber relativos a obras realizadas por ordem do Poder Executivo foram consolidados no exercício de 2003 e atualizados monetariamente em função de formalização do correspondente acordo com o Estado de Goiás. Em dezembro de 2005, os valores foram novamente consolidados.

e. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada e Subsidiária. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 4.

f. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

g. Baixa Renda

Notas Explicativas

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002.

h. Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, aguardando a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável.

i. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Conforme disposto na NBC TG 43 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), as informações trimestrais individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conformes às normas internacionais de contabilidade.

Trata-se de exceção de caráter obrigatório/legal que diz respeito às informações trimestrais individuais de entidade que tenha investimento em controlada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, critério este adotado pela Controladora. Verifica-se que o IASB não reconhece este tipo de demonstração, exigindo que, no caso da existência de controlada, a entidade elabore e divulgue, no lugar das informações trimestrais individuais, informações consolidadas. O IASB admite as informações individuais da investidora desde que o investimento seja avaliado pelo valor justo ou mesmo pelo custo, atribuindo a estas informações o nome de informações separadas, tornando-as diferentes das informações individuais. Apesar disto a legislação societária brasileira exige a apresentação das informações individuais e o próprio CPC as reconhece em seus pronunciamentos.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas informações trimestrais individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), não sendo feita a apresentação das informações trimestrais separadas.

j. Imobilizado

Notas Explicativas

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar, controlada e subsidiária, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Os mesmos foram registrados pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

Além destes bens não elegíveis, enquadram-se nesta rubrica os Bens vinculados à Concessão de Geração de Energia Elétrica, cujo direito de uso e exploração é remunerado pela Receita Anual Permitida – RAP estipulada pelo poder concedente.

k. Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições da NBC TG 04 (Ativo Intangível), ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por impairment, quando aplicável.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das informações trimestrais, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do exercício social.

m. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das informações trimestrais, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar, controlada e subsidiária. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Notas Explicativas

n. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 março de 2013 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

o. Benefícios a Empregados

A Companhia, sua Controlada e Subsidiária são patrocinadoras da Fundação ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – Benefícios a Empregados. Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

p. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar, Controlada e Subsidiária, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com a NBC TG 17 – Contratos de Construção e NBC TG 30 – Receitas, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

q. Estimativas

A preparação das informações trimestrais requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar, controlada e subsidiária revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às informações trimestrais referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;

Notas Explicativas

- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

r. PIS e COFINS

Na subsidiária Celg D e na Controlada Celg GT o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Informações Trimestrais, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº. 1, de junho de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

s. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do exercício social.

t. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações trimestrais individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações trimestrais e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores

Notas Explicativas

ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

u. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Companhia, de sua controlada e de sua subsidiária são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As informações trimestrais são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de sua controlada e de sua subsidiária.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais. O saldo em 31 de março de 2013 corresponde às aplicações nos bancos Bradesco, Itaú, e Caixa Econômica Federal, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, efetuadas pela Controladora e sua Controlada, conforme abaixo representado:

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Caixa e depósitos bancários à vista	10	9	1.106	912
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				REAPRESENTADO
- Aplicações - resgate automático	956	1.361	956	1.361
- Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	-	54.070	39.730
- Fundos de Investimento	-	-	-	-
TOTAL	966	1.370	56.132	42.003

NOTA 4 – CONSUMIDORES

Notas Explicativas

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012 REAPRESENTADO
CIRCULANTE		
Concessionárias		
- Suprimento	1.111	1.094
- Transmissão de Energia Elétrica	1.747	4.064
Total	2.858	5.158
Outras Rendas		
- Outras Rendas	13	13
Total	13	13
TOTAL CIRCULANTE	2.871	5.171
TOTAL CONSUMIDORES	2.871	5.171

Composição do Contas a Receber:

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/03/2013					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/03/2013	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/03/2013	SALDO 31/03/2013
Concessionárias						
Suprimento	1.082	29	-	1.111	-	1.111
Transmissão de Energia Elétrica	1.519	5	223	1.747	-	1.747
Outras Rendas	13	-	-	13	-	13
Varição/Acrésc. Moratórios	-	-	-	-	(196)	(196)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	2.614	34	223	2.871	(196)	2.675
TOTAL DO CIRCULANTE	2.614	34	223	2.871	(196)	2.675
TOTAL CONSUMIDORES	2.614	34	223	2.871	(196)	2.675

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2012 - REAPRESENTADO					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2012	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2012	SALDO 31/12/2012
Concessionárias						
Suprimento	1.094	-	-	1.094	-	1.094
Transmissão de Energia Elétrica	4.064	-	-	4.064	-	4.064
Outras Rendas	13	-	-	13	-	13
Varição/Acrésc. Moratórios	-	-	-	-	(185)	(185)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	5.171	-	-	5.171	(185)	4.986
TOTAL DO CIRCULANTE	5.171	-	-	5.171	(185)	4.986
TOTAL CONSUMIDORES	5.171	-	-	5.171	(185)	4.986

Notas Explicativas

- a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pela Controlada.
- b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no trimestre findo em 31 de março de 2013:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO
	CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2012	185
Provisão no período	11
Saldo em 31 de março de 2013	196

- c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

NOTA 5 - DEVEDORES DIVERSOS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/03/2013		31/12/2012	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
	REAPRESENTADO			
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS				
IRRF Art.34 da Lei nº 10.833	922	-	1.023	-
COFINS Art. 34 da Lei nº 10.833	-	-	336	-
CSLL Art.34 da Lei nº 10.833	79	-	112	-
PIS/PASEP - Parecer Cosit nº 27	-	-	73	-
SUB-TOTAL	1.001	-	1.544	-
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras (a)	65.946	25.122	-	-
Outros	480	-	55	-
SUB-TOTAL	66.426	25.122	55	-
TOTAL GERAL	67.427	25.122	1.599	-

(a) Valor de Indenização dos Ativos de Transmissão que entraram em operação após 31 de maio de 2000, nos termos da Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 - Ver Nota Explicativa nº. 8.

NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Cauções e Depósitos	-	-	-	309	309
Outros - inclui AFAC Energética Corumbá III	18	18	18	-	-
TOTAL	18	18	18	309	309

NOTA 7 – ESTOQUES

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
Estoques	4.121	3.484
TOTAL	4.121	3.484

NOTA 8 – ATIVO FINANCEIRO – BENS DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO - VER NOTA EXPLICATIVA Nº. 32-C

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão. Os valores abaixo refletem a situação destes ativos após a renovação desta concessão:

ATIVO FINANCEIRO BENS DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
CIRCULANTE		REAPRESENTADO
- Ativo Financeiro - Bens Reversíveis	35.997	51.687
TOTAL CIRCULANTE	35.997	51.687
NÃO CIRCULANTE		
Ativo Financeiro - Bens Reversíveis	23.004	-
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	140.428	218.272
Ativo Financeiro - Concessões Indenizadas (a)	73.638	-
(-) Provisão para Ajuste ao Valor Recuperável (b)	(73.638)	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE	163.432	218.272
TOTAL GERAL	199.429	269.959

(a) Indenização sendo paga pelas Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, conforme Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013 - Ver Nota Explicativa nº. 5;

(b) Conforme Item 12.1-alínea 54 do Anexo ao Despacho Aneel Nº 155, de 23 de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO - BENS DA CONCESSÃO DE TRANSMISSÃO:

Descrição	31/12/2012	Adições	Transferências	Amortização	CONSOLIDADO
					31/03/2013
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	270.268	5.865	(2.756)	(1)	273.376
(-) Provisão para Ajuste ao Valor Recuperável	-	(73.638)	-	-	(73.638)
Obrigações especiais	(309)	-	-	-	(309)
Total	269.959	(67.773)	(2.756)	(1)	199.429

NOTA 9 – BENS E DIREITOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE REAPRESENTADO
Bens e Direitos Destinados a Alienação	286	286
TOTAL	286	286

NOTA 10 - INVESTIMENTOS - VER NOTA EXPLICATIVA Nº. 2.i

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Participações em Controladas	321.388	301.905	-	-
Participações Societárias Permanentes (c)	-	-	9	9
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	54.219	53.844
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	216	216
TOTAL	321.388	301.905	54.444	54.069

- (a) Em atendimento aos preceitos da Lei 11.941/2009 e NBC TG 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/2007 e da Medida Provisória nº. 449/08, a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT reclassificou para o Grupo de Investimentos, o Ativo Diferido referente a parte do custo financeiro da Energética Corumbá III, concernente ao atraso de aportes no Consórcio Empreendedor Corumbá III, regulado pela Ata da 10ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Energética Corumbá III.
- (b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha;
- (c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB CREDCELG).

10.1 Investimentos em Controlada e Subsidiária

As principais informações sobre os investimentos em Controlada e Subsidiária são apresentadas a seguir:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGPAR NA			
	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. CELG D		CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Capital Social da Controlada	524.869	524.869	321.125	321.125
Quantidade de Ações	44.069	44.069	321.125	321.125
% da Participação Societária	100%	100%	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada	(1.109.155)	(1.030.457)	321.388	301.905
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	(1.030.457)	(1.440.188)	301.905	292.713
Aumento de Capital	-	1.270.110	-	8.600
Resultado da Provisão para Desvalorização da Participação na Subsidiária Celg D	(78.698)	(798.060)	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	19.483	592
Ajustes de Exercício Anterior (a)	-	(62.319)	-	-
Valor Patrimonial do Investimento em Controlada	-	-	321.388	301.905
Provisão para Desvalorização da Participação em Subsidiária (b)	(1.109.155)	(1.030.457)	-	-

(a) No ano de 2009, visando reduzir o custo com pessoal próprio, a Subsidiária Celg D aprovou um Plano de Demissão Voluntária - PDV, no qual garantiu algumas vantagens financeiras aos empregados que aderissem ao referido programa. Neste contexto, os custos efetivamente realizados até o encerramento do exercício de 2011 foram registrados em desacordo com a NBC TG 33 (Benefícios a Empregados), o que motivou, nesta subsidiária, o registro em 2012 do montante de R\$ 62.319 mil como Ajustes de Exercício Anterior.

(b) Ao valor patrimonial do investimento foi deduzida a provisão para Desvalorização das Participações Societárias, apresentada em conta específica do Passivo Circulante, conforme Art.12, parágrafo 1º da Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996. O saldo desta conta (evidenciado no quadro abaixo) é composto, em 31 de março de 2013, pela Provisão para Desvalorização da Participação Societária na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D, no total de R\$ 1.109.155 mil.

10.1.a - Investimentos em Subsidiária com Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Provisão para Desvalorização da Participação na Subsidiária Celg D	1.109.155	1.030.457	1.109.155	1.030.457
TOTAL	1.109.155	1.030.457	1.109.155	1.030.457

10.2 Investimento na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D

Em função da exclusão da posição patrimonial e de resultado da Subsidiária Celg D do montante consolidado na posição de 31 março de 2013, evidenciam-se abaixo os principais fatores e assuntos que podem afetar o valor patrimonial do investimento efetuado nessa subsidiária.

10.2.a – Serviços em Curso

Os serviços prestados a terceiros basicamente são decorrentes dos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

10.2.b – Outros Créditos – Créditos de Consumidores de Baixa Renda

Por meio da Lei nº. 10.438/2002, o Governo Federal ampliou a faixa de consumo da classe de consumidores Baixa Renda e conseqüentemente reduziu a receita das distribuidoras. Visando recompor o equilíbrio econômico-financeiro das mesmas, foi editada a Lei nº. 10.604/2002 normatizando a subvenção de igual valor via Eletrobrás.

Notas Explicativas

A Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, a de nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para a concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que o portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal – NIS; e a nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária.

O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390, encaminhado à Subsidiária Celg D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A Subsidiária encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade.

Em resposta à manifestação da Subsidiária, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a Controlada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela Aneel.

A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da Subsidiária Integral Celg D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da Celgpar e Celg D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras.

10.2.c – Créditos com o Estado de Goiás

O montante dos créditos da Subsidiária Celg D com o Estado de Goiás corresponde aos seguintes elementos:

- (a) Lei nº. 13.062/97 de 9 de maio de 1997.

Refere-se a valores não repassados pelo Governo Estadual à Subsidiária, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão desta no exercício social de 2006.

- (b) Parcelamento.

Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D o Quarto Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, o qual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

Notas Explicativas

através do Despacho nº. 528 de 5 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007.

O saldo devedor desse Termo foi atualizado monetariamente pela variação do IGPM e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês.

O valor de R\$ 1.600.000 mil foi pago à Subsidiária pelo Estado de Goiás, mediante a utilização de parte dos recursos da 1ª tranche do empréstimo obtido pelo mesmo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, liberada em 29 de dezembro de 2011.

Este empréstimo faz parte das negociações em andamento entre o Estado de Goiás e as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, definidas no Protocolo de Intenções assinado em 15 de dezembro de 2011 e, por sua vez, referendadas no acordo de acionistas assinado em 24 de abril de 2012.

10.2.d – Créditos Fiscais

A Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza.

10.2.e – Contratos com Fornecedores

As principais informações acerca dos contratos com fornecedores da subsidiária Celg D encontram-se abaixo discriminadas:

- (a) FURNAS: Refere-se ao suprimento mensal e ao instrumento particular de confissão de dívida assinado em 12 de dezembro de 2003 pela Celg D, relativo a débitos de energia própria e saldo do instrumento particular de novação e confissão de dívida assinado em 8 de janeiro de 2000. A dívida foi negociada em 216 meses. O saldo da dívida é atualizado “pro rata die” da variação acumulada do IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros de 1% ao mês, “pro rata die”.
- (b) ELETROBRAS/ITAIPU: Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado entre a Celg D e a Eletrobras/Itaipu, bem como ao Termo de Confissão e Repactuação de dívidas celebradas entre essa subsidiária e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. Sendo a primeira parcela vincenda em 31 de janeiro de 2013, com recursos da 3ª tranche do empréstimo do Governo do Estado de Goiás e a Caixa. O saldo devedor, após a amortização da primeira parcela, será pago em 60 parcelas mensais vencíveis em 30 de junho de 2014 e a última em 30 de maio de 2019;
- (c) Centrais Elétricas de Cachoeira Dourada (CDSA): Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica e dois termos de acordo firmados entre a Celg D e a CDSA. Em 29 de dezembro de 2011 foi assinado um novo termo, denominado PRGE 077/2012, onde o saldo da dívida será atualizado pela variação da taxa Selic, acrescido de juros de 2% ao ano ou fração, a partir da data da assinatura até a data do seu efetivo pagamento;
- (d) CHESF, CESP e ELETRONORTE: Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados pela Celg D com a CHESF, CESP e ELETRONORTE, e ao Termo de Acordo e parcelamento assinado entre a Controlada e a CESP, cujo montante será atualizado “pro rata die” pela variação da SELIC, acrescido de juros de 1% a.a;
- (e) A quitação parcial das obrigações de suprimento de energia de Itaipu e Cachoeira Dourada – CDSA, por parte da Celg D, ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do pagamento parcial dos créditos da Controlada com o Estado de Goiás, supridos por parte dos recursos obtidos na operação de crédito realizada pelo Governo de Goiás junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, da qual foi liberada em 29 de dezembro de 2011 a 1ª tranche, e 2ª tranche, de

Notas Explicativas

16 de maio de 2012, conforme previsto no Protocolo de Intenções, assinado entre o Estado de Goiás e a Eletrobrás em 15 de dezembro de 2011.

10.2.f – Parcelamento de ICMS

Foi firmado um Termo de Acordo de Parcelamento de Débito de ICMS entre a Subsidiária Celg D e a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, o qual foi assinado em 29 de dezembro de 2011. O montante foi parcelado em três parcelas e será acrescido de juros de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês), e 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) de atualização monetária.

A quitação parcial das obrigações tributárias de ICMS, por parte da Subsidiária Celg D, ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do recebimento parcial dos créditos da Subsidiária com o Estado de Goiás, supridos pela captação de operação de crédito realizada pelo Governo de Goiás junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA.

10.2.g – Taxas Regulamentares

- (a) QUOTA DE RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO – RGR / QUOTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC / CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE: Refere-se às quotas mensais e ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebradas entre a Celg D e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. O montante foi parcelado em 60 meses, com vencimento dia 30 de cada mês, sendo a primeira parcela vincenda em 30 de maio de 2014. O valor da parcela de amortização será calculado mediante a divisão do saldo devedor pelo número de prestações devidas, sendo o saldo devedor atualizado pro rata temporis pela variação da SELIC ao mês, pro rata die, os quais deverão ser pagos todo o dia 30 de cada mês, contados a partir de 30 de junho de 2012;
- (b) A quitação parcial da Taxa de Fiscalização e Cota de Consumo de Combustível – CCC ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do recebimento parcial dos créditos da Celg D com o Estado de Goiás, supridos pelos recursos do empréstimo do Governo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, do qual foi liberada, em 29 de dezembro de 2011, a 1ª tranche prevista no Protocolo de Intenções, assinado entre o Governo de Goiás e a Eletrobras, em 15 de dezembro de 2011.

10.3 Outros Investimentos – Controlada Indireta Energética Corumbá III

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW.

Notas Explicativas

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Energética Corumbá III	CELG Geração e Transmissão S.A.	37,5%
	Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	12,5%
	Energy Power Ltda.	12,5%
	CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
TOTAL		<u>100,0%</u>

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994, às taxas constantes na tabela anexa à Resolução ANEEL nº 2 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999, atualizada pela Resolução nº 240 de 5 de dezembro de 2006, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/03/2013				31/12/2012
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	26	10,00%	(10)	16	16
TOTAL	26		(10)	16	16

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	31/03/2013				31/12/2012
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					REAPRESENTADO
Reservatórios, Barragens e adutoras	19.097	2,00%	(10.743)	8.354	8.526
Terrenos	273	0,00%	-	273	273
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	29.900	2,00%	(17.610)	12.290	12.742
Máquinas e Equipamentos	23.229	10,00%	(12.859)	10.370	10.615
Veículos	-	20,00%	-	-	-
Móveis e Utensílios	101	10,00%	(52)	49	50
Subtotal	72.600		(41.264)	31.336	32.206
Em curso:					
Geração	2.931	-	-	2.931	2.846
Administração Central	644	-	-	644	594
Obrigações Especiais	(4)	-	-	(4)	(4)
Subtotal	3.571		-	3.571	3.436
TOTAL	76.171		(41.264)	34.907	35.642

Notas Explicativas**Movimentação:**

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				Saldos em 31/03/2013
	Saldos em 31/12/2012 REAPRESENTADO	Adições	Baixas	Depreciação	
Imobilizado em Serviço	32.216	-	-	(870)	31.346
(-) Depreciação	(10)	-	-	-	(10)
Obrigações Especiais	(4)	-	-	-	(4)
Total em Serviço	32.202	-	-	(870)	31.332
Imobilizado em Curso	3.440	163	(28)	-	3.575
Total do Imobilizado	35.642	163	(28)	(870)	34.907

a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador.

b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – as obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador. Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e distribuição.

Nos termos do item 79 da NBC TG 27 – Ativo Imobilizado, apresenta-se abaixo as seguintes divulgações:

- 1) Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso: inexistem ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos;
- 2) Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação: 2.537 mil, pertinente aos ativos imobilizados de geração da Controlada Celg GT;
- 3) Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso do ativo e não classificados como mantidos para venda: inexistentes;
- 4) Valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método de custo: inexistente.

NOTA 12 – ATIVO INTANGÍVEL

O saldo consolidado em 31 de março de 2013 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

Notas Explicativas

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
		REAPRESENTADO
CIRCULANTE		
- Ativo Intangível	637	610
TOTAL	637	610

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	Saldos em 31/12/2012 REAPRESENTADO	Adições	Saldos em 31/03/2013
Intangível em Serviço	1	-	1
Total em Serviço	1	-	1
Intangível em Curso	609	27	636
Total do Intangível	610	27	637

NOTA 13 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (a)	1.384.111	1.384.111	1.384.111	1.384.111
TOTAL	1.384.111	1.384.111	1.384.111	1.384.111

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da Subsidiária CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111 mil, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Este valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Subsidiária Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nesta Subsidiária em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além deste montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 mil para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. Até 31 de março de 2013 não foi efetuado qualquer Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Celgpar.

NOTA 14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Serão detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO EM MOEDA NACIONAL	CONSOLIDADO			
	31/03/2013		31/12/2012	
	PRINCIPAL		PRINCIPAL	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
				REAPRESENTADO
Eletronbras (b)	1.037	8.887	-	9.800
Bolognesi (c)	797	-	-	-
CDSA (c)	221	270	-	-
Eletra (a)	718	5.565	833	5.482
Total em Moeda Nacional	2.773	14.722	833	15.282

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. ELETRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- b. Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobrás e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- c. Refere-se a reembolsos pela execução de serviços e fornecimentos de materiais para construção de ativos de interligação destas empresas à rede da Controlada Celg GT;
- d. Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:
 - Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
 - Aplicações Financeiras;
 - Borderô Eletrônico;
 - Notas Promissórias;
 - Garantias Pessoais (Avalista/Fiador/Fiel Depositário/Devedor Solidário).

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONSOLIDADO - 31/03/2013					CONSOLIDADO - 31/12/2012 - REAPRESENTADO				
INDEXADOR	OUTRAS INSTITUIÇÕES	Eletrobrás	Eletra	Total	INDEXADOR	OUTRAS INSTITUIÇÕES	Eletrobrás	Eletra	Total
IPCA	491	-	-	491	IPCA	-	-	-	-
SEM INDEXADOR	797	9.924	-	10.721	SEM INDEXADOR	-	9.800	-	9.800
INPC	-	-	6.283	6.283	INPC	-	-	6.315	6.315
Total	1.288	9.924	6.283	17.495	Total	-	9.800	6.315	16.115

Os valores de pagamentos futuros, apresentados no Passivo Não Circulante, estão distribuídos da seguinte forma:

Notas Explicativas

CONSOLIDADO - 31/03/2013			
Ano	Eletra	Eletrobrás/ Outras	
		Instituições	Total
2014	795	1.912	2.707
2015	795	1.912	2.707
2016	795	1.777	2.572
2017	795	1.777	2.572
2018	795	1.779	2.574
2019	795	-	795
2020	795	-	795
Total	5.565	9.157	14.722

NOTA 15 – FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica				REAPRESENTADO
- Outros	-	-	1.284	250
TOTAL	-	-	1.284	250
Materiais e Serviços	-	2	156	208
TOTAL	-	2	1.440	458

NOTA 16 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013		31/12/2012	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
					REAPRESENTADO	
ICMS	-	-	2	-	314	-
INSS	7	53	290	-	401	-
PIS	-	-	43	-	92	-
COFINS	-	-	197	-	422	-
IMPOSTO DE RENDA	29	31	5.213	1.569	200	-
CONTRIBUICAO SOCIAL	13	18	1.909	565	85	-
IRRF	-	-	6	-	50	-
ISS	-	-	23	-	59	-
OUTROS	88	-	165	-	195	-
TOTAL	137	102	7.848	2.134	1.818	-

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
	2013	2012
Folha de Pagamento (a)	1.615	1.501
TOTAL CIRCULANTE	1.615	1.501
TOTAL	1.615	1.501

- a- Refere-se às estimativas das obrigações referentes a férias e encargos devidas aos empregados.

NOTA 18 – TAXAS REGULAMENTARES

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
		REAPRESENTADO
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	23	23
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	401
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	46	50
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	154	586
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	1.174	1.152
TOTAL	1.397	2.212

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

NOTA 19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA								
	31/03/2013				31/12/2012				
	VALOR DA PROVISÃO								
	No Exercício		Provisão	Depósitos	No Exercício		Provisão	Depósitos	
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais	
NÃO CIRCULANTE									
Outros valores contingenciados	106	B.2	-	97	-	30	149	203	-
Total Cíveis	106		-	97	-	30	149	203	-
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	106		-	97	-	30	149	203	-

Notas Explicativas

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO							
	31/03/2013				31/12/2012			
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício	Provisão	Depósitos	No Exercício	Provisão	Depósitos	Depósitos	
Baixa	REF.	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais	
NÃO CIRCULANTE								
Trabalhistas								
Diversos		B.1	389	-	-	239	389	-
Total Trabalhistas	-		389	-	-	239	389	-
Cíveis								
Outros valores contingenciados	106	B.2	97	-	30	149	203	-
Total Cíveis	106		97	-	30	149	203	-
Total Trabalhistas + Cíveis	106		486	-	30	388	592	-
TOTAL - NAO CIRCULANTE	106		486	-	30	388	592	-

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de caráter administrativo, fundamentados em sua totalidade por autuações e prováveis autuações da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, decorrentes dos atrasos nos envios de informações econômico-financeiras de períodos anteriores.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$389 mil.

Os processos cuja probabilidade de perda é possível encontram-se abaixo relacionados:

SETOR	VARA	NATUREZA	NÚMERO DO PROCESSO	AUTOR/RÉU	MARÇO-2013	
					VALOR DADO À CAUSA	POSSIBILIDADE DE PERDA: PROVÁVEL POSSÍVEL REMOTA
PR-PRGE	3ª VT GOIÂNIA	TRABALHISTA	RTORD 0001605-63.2011.5.18.003	DJALMA FRANCISCO DE AQUINO FILHO	87	POSSÍVEL
PR-PRGE	VT DE ITUMBIARA	TRABALHISTA	RTORD 0001597-56.2011.5.18.0013	JASPE FERREIRA DA SILVA	138	POSSÍVEL
PR-PRGE	4ª VT DE GOIÂNIA	TRABALHISTA	RTORD 0001418-52.2011.5.18.0004	JOSÉ BATISTA DE SOUZA NETO	133	POSSÍVEL
					358	

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Notas Explicativas

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

NOTA 20 – OUTROS CREDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				#	CONSOLIDADO			
	31/03/2013		31/12/2012			31/03/2013		31/12/2012	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Caixa Econômica Federal (a)	3.010	3.440	1.720	5.160		3.010	3.440	1.720	5.160
Outros	-	-	-	-		238	124	232	-
TOTAL	3.010	3.440	1.720	5.160		3.248	3.564	1.952	5.160

- a- Refere-se a recursos recebidos pela Controladora junto à Caixa Econômica Federal – CEF, decorrentes do contrato de prestação de serviços financeiros de centralização de créditos provenientes da folha de pagamento da Celgpar, sua controlada e subsidiária.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/03/2013	NO PERÍODO	31/12/2012
Capital Subscrito em Ações Ordinárias			REAPRESENTADO
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(3.092.903)	-	(3.092.903)
(+/-) Resultado do Período	(59.116)	(59.116)	-
Total do Patrimônio Líquido	<u>(2.178.255)</u>	<u>(59.116)</u>	<u>(2.119.139)</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>(2.178.255)</u>	<u>(59.116)</u>	<u>(2.119.139)</u>

- (a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;
- (b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiaspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento devido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual subsidiária integral Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na controlada, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado da Celg D, que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.

O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do

Notas Explicativas

investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia.

NOTA 22 – RECEITA DE SUPRIMENTO DE CURTO PRAZO, RECEITAS DE CONSTRUÇÃO, OUTRAS RECEITAS E DEDUÇÕES DA RECEITA

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/03/2012
		REAPRESENTADO
Suprimento (22.1)	2.988	2.645
Receita de Construção (22.2) (22.3)	3.031	5.581
Outras Receitas (22.3)	5.820	12.840
(-) Deduções da Receita (22.4)	(1.563)	(3.931)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.276	17.135

22.1 A composição da receita de suprimento de curto prazo é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO			
	MWH		R\$mil	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Suprimento	18.432	18.707	2.988	2.645
TOTAL GERAL	18.432	18.707	2.988	2.645

22.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ITG 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento do período findo em 31 de março de 2013 e 2012 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 3.031 mil e R\$ 5.581 mil respectivamente.

22.3 Outras Receitas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/03/2013	31/03/2012
		REAPRESENTADO
Arrendamentos e Alugueis	39	36
Serviços de Operação e Manutenção (a)	5.781	9.900
Serviços de Construção (b)	3.031	5.581
Financeira da Concessão	-	2.904
TOTAL	8.851	18.421

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

(b) Refere-se à receita de construção das obras de transmissão de energia elétrica.

Notas Explicativas

22.4 Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/03/2012
		REAPRESENTADO
PIS	145	256
COFINS	669	1.177
Quota para reserva global de reversão	-	300
Quota de consumo de combustível	-	977
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	56	105
Conta de desenvolvimento energético	221	691
Outros encargos	472	425
TOTAL	1.563	3.931

NOTA 23 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	DESPESAS		TOTAL		CUSTO DO SERVIÇO		DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS				OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
						REAPRESENTADO		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Pessoal e Administradores	126	140	126	140	2.541	1.889	1.926	1.775	4.467	3.664
Entidade de Previdência Privada	-	-	-	-	60	41	72	55	132	96
Material	-	-	-	-	59	31	18	14	77	45
Serviços de Terceiros	128	167	128	167	812	861	342	250	1.154	1.111
Depreciação	-	1	-	1	865	880	5	13	870	893
Amortização - Ativo Financeiro	-	-	-	-	1	3.397	-	-	1	3.397
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	-	60	-	60	11	13	-	60	11	73
Provisão para Contingência	(31)	-	(31)	-	-	-	(31)	-	(31)	-
Taxa Fiscalização	-	-	-	-	68	59	-	-	68	59
Tributos	66	72	66	72	20	22	86	140	106	162
Recuperação de Custos/Despesas	-	-	-	-	(6)	-	(25)	(15)	(31)	(15)
Custos de Construção	-	-	-	-	3.031	5.581	-	-	3.031	5.581
Comp. Financeira Utilização de Rec. Hídricos	-	-	-	-	74	71	-	-	74	71
Outras	7	14	7	14	39	35	253	73	292	108
TOTAL	296	454	296	454	7.575	12.880	2.646	2.365	10.221	15.245

NOTA 24 – SEGUROS

A Companhia, sua Controlada e sua Subsidiária, em 31 de março de 2013, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações.

NOTA 25 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no exercício findo em 31 de março de 2013, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

Notas Explicativas

NOTA 26 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar, sua Controlada e Subsidiária observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No período findo em 31 de março de 2013, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de março, foram R\$26 mil e R\$2 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$28 mil e R\$24 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada e Subsidiária.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao período findo em 31 de março de 2013:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	TOTAL
Número de Membros	9	5	3	17
Remuneração Fixa Anual	324	180	-	504
Salário ou pró-labore	324	180	-	504
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	324	180	-	504

n/a = não aplicável

(1) Os membros da diretoria foram remunerados pela Subsidiária Celg Distribuição - Celg D e Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao período findo em 31 de março de 2013:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3
Valor da maior remuneração individual	3	3	-
Valor da menor remuneração individual	3	3	-
Valor médio da remuneração individual	3	3	-

n/a = não aplicável

(1) Os membros da diretoria foram remunerados pela Subsidiária Celg Distribuição - Celg D e Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Notas Explicativas**NOTA 27 – RESULTADO FINANCEIRO**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2013 - 31/03/2013	01/01/2012 - 31/03/2012	01/01/2013 - 31/03/2013	01/01/2012 - 31/03/2012
Receitas				REAPRESENTADO
Variações Monetárias	-	-	3.973	75
Rendas	7	4	2.635	774
Outras	-	-	1	2
Total das Receitas	7	4	6.609	851
Despesas				
Variações Monetárias		-	(893)	(528)
Encargos de Dívidas	-	-	(2.595)	(2.210)
Outras	-	-	(140)	(53)
Total das Despesas	-	-	(3.628)	(2.791)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	7	4	2.981	(1.940)

NOTA 28 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2013 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o período findo em 31 de março de 2012 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/03/2013	31/03/2012
Prejuízo Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	(59.116)	(230.490)
Total	(59.116)	(230.490)
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	(1.804)	(7.033)

NOTA 29 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração) e a NBC TG 39 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas Controladas efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Notas Explicativas

Os negócios da Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 Risco de taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra tal risco. Porém, a Controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2 Risco de variação cambial na compra de energia de ITAIPU:

A Subsidiária está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de ITAIPU.

a.3 Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A Administração da Subsidiária analisa continuamente as situações em aberto, e possui parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

a.5 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Subsidiária. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de

Notas Explicativas

acionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios e quantidade de chuva já registrada no período findo em 31 de março de 2013, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), não prevê um novo programa de racionamento.

b. Valorização dos instrumentos financeiros

A Subsidiária mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando à melhoria de sua liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma, a empresa possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas em relação ao praticado no mercado.

NOTA 30 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações realizadas com a Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D e a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Ativo Circulante				REAPRESENTADO
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	-	-	5.792	6.708
TOTAL:	-	-	5.792	6.708
Passivo Circulante				
Celg Distribuição S.A.-Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A.-Celg GT (1) (2)	693	693	40.904	39.366
TOTAL:	693	693	40.904	39.366
Passivo Não Circulante				
Celg Distribuição S.A.-Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A.-Celg GT (3)	-	-	55.492	53.925
TOTAL:	-	-	55.492	53.925

(1) Valores a receber e a pagar referentes ao processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(2) Refere-se a transações entre as Controladas Celg D e Celg GT, decorrentes da utilização da rede básica e valores decorrentes do processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(3) Valor referente à transferência, pela Celg D, de ativos da SE Carajás para a Celg GT.

NOTA 31 – PLANO DE APOSENTADORIA

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

Notas Explicativas

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFÍCIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICA	Total
Quantidade	1
Idade Média Atual	71,50
Tempo Médio de Empresa	16,25
Salário de Participação Médio	R\$ 2.677,59

d) Premissas Atuariais

As premissas utilizadas para avaliação atuarial tomaram por base os critérios estabelecidos na Deliberação CVM Nº. 695/2012, conforme determinação do item 49.c do pronunciamento anexo à mesma, tendo sido aplicado o Método

Notas Explicativas

PUC para a obtenção do Valor Presente da Obrigação Atuarial, executadas por atuário especializado. As premissas são as seguintes:

d1) Premissas Financeiras

PREMISSAS FINANCEIRAS	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de Juros de desconto real atuarial anual	5,50% a.a.	5,75% a.a.
Projeção de aumentos salariais médios anual	2,65% a.a.	4,67% a.a.
Projeção de aumentos dos benefícios médio anual (INPC)	5,84% a.a.	6,08% a.a.
Taxa de inflação média anual	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	10,25% a.a.	12,18% a.a.

d2) Premissas Demográficas

PREMISSAS DEMOGRÁFICAS	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de Rotatividade	3,53%	3,16%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 MALE	AT-2000 MALE
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT-2000 MALE	AT-2000 MALE
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	MI - 85	AT-49 MALE
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de morbidez	N/A	N/A
Idade de Aposentadoria	Conforme regulamento do plano	Conforme regulamento do plano
Participantes/Aposentados	Família Média - Informações da Entidade	Família Média - Informações da Entidade

d3) Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novas Entradas: Não Aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: Família Média Calculada com Base em Informações da entidade.
- Os salários, benefícios e demais variáveis financeiras (tetos, pisos e UME) foram reajustados pelo INPC entre a data do cadastro e 31 de dezembro de 2012.

e) Custo do Patrocinador

No 1º trimestre de 2013, o montante de contribuições da Celgpar para a Eletra foi de R\$2 mil.

f) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias

f1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

f2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado pela GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS, com base na NBC TG 33 (Benefícios a Empregados) apurou-se um Déficit Atuarial no Plano BD cujo déficit, em sua origem, encontra-se suportado pelos Contratos de Confissão de Dívidas entre a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, a Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D e a Eletra, mencionado na Nota 14-a.

Notas Explicativas

NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Fato relevante - Acordo Governo do Estado de Goiás e Eletrobras

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Subsidiária pela Eletrobras encontram-se em andamento, vinculadas especificamente no delimitamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da Celg D, de propriedade da Celgpar, para a Eletrobras.

b. Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica

Com a edição, pelo Governo Federal, da Medida Provisória n.º 579, de 11 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A Subsidiária Celg D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica.

As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, de maneira específica, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. A Medida Provisória n.º 579/2012 foi convertida na Lei n.º 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto n.º 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Por intermédio da Lei n.º 12.783/2013, o Governo Federal pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, § 5º, 19 e 22 da Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Desta forma, a Lei n.º 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, porém impondo, ao novo Contrato de Concessão a ser assinado, novas condições pré-estabelecidas pelo poder concedente.

c. Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória n.º 579, regulamentada pelo Decreto n.º 7.805, de 14 de setembro de 2012, com o objetivo de definir os critérios para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendas no período de 2015 a 2017. A Medida Provisória n.º 579/2012 foi convertida na Lei n.º 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto n.º 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Sob este enfoque a Controlada Celg GT enviou correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, manifestando o interesse na prorrogação de seus contratos de concessão descritos na Nota Explicativa n.º 1.3.

Notas Explicativas

A decisão quanto a estas prorrogações foi objeto de deliberação, por parte da acionista única Companhia Celg de Participações – Celgpar, por meio da 74ª Reunião do Conselho de Administração, com início em 12 de novembro de 2012 e término em 21 de novembro de 2012, e 29ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de novembro de 2012.

As premissas das prorrogações apontam que as tarifas de geração foram definidas em R\$ 129,12653 (cento e vinte e nove reais, e doze mil, seiscentos e cinquenta e três centésimos de milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de São Domingos, e R\$ 204,08464 (duzentos e quatro reais, e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro centésimos de milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de Rochedo, pela Portaria nº. 578, de 31 de outubro de 2012, do Ministério de Estado de Minas e Energia (“MME”) e do Ministério de Estado da Fazenda.

A Receita Anual Permitida – RAP para a concessão de transmissão foi ratificada em R\$ 16.468.803,68 (dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e três reais e sessenta e oito centavos), pela Portaria nº. 579, de 31 de outubro de 2012, do MME.

Por intermédio da Portaria Interministerial nº. 580, de 1º de novembro de 2012, ficou estabelecido o valor da indenização das concessões de transmissão, sendo este fixado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), não tendo sido definida a indenização para a concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos, e inexistindo a indenização para Usina Hidrelétrica de Rochedo.

O MME apresentou deferimento aos requerimentos das prorrogações dos prazos das concessões de geração e transmissão, atribuindo o seguinte:

CONCESSÃO	VENCIMENTO COM A PRORROGAÇÃO
Usina Hidrelétrica de São Domingos	24 de maio de 2041
Usina Hidrelétrica de Rochedo	31 de dezembro de 2042
Concessão de Transmissão	31 de dezembro de 2042

A Administração da Controlada Celg GT, após uma criteriosa avaliação da nova metodologia de cálculo da receita, e de forma conjunta aos interesses do acionista majoritário, optou por não efetuar a prorrogação da concessão de Geração, permanecendo a vigência dos contratos atuais desta concessão, à exceção da Usina Hidrelétrica de São Domingos, cuja renovação encontra-se, atualmente, em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, bem como na esfera judicial.

Com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), vem sendo recebido parceladamente pela Celg GT, com vencimento em 7 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano.

Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações terem estipulado os desdobramentos acima, observa-se que a análise da Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT.

Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora Celgpar e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e, sucessivamente,

Notas Explicativas

buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações, pela implementação de medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012.

d. Novas Concessões de Transmissão

A Controlada CELG GT participou do Leilão ANEEL nº 02/2013, tendo vencido os Lotes B e F, juntamente a outras empresas para construção de subestações e linhas de transmissão da Rede Básica, conforme descrição abaixo:

- LOTE B: LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2
SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA
LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea)
LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3
- LOTE F: SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA

Para execução desses investimentos foram constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE's): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação).

e. Autorização de Emissão das Informações Trimestrais

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas informações trimestrais são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de março de 2013, e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações.

Esta autorização é de competência da diretoria, tendo sido as informações trimestrais apreciadas em Reunião de Conselho Fiscal da Celgpar, realizada em 30 de setembro de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompão de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça, Vanderley Oliveira Lima.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

À
DD. DIRETORIA DA
COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP
GOIÂNIA – GO

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGP é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Ênfases

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 2 III (a2 e a3), com a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo do Estado de Goiás, as Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras e a CELGP, acordo este assinado em 24 de abril de 2012, tomando por base os pressupostos da NBC TG 36 (Demonstrações Consolidadas), a Eletrobras passou a deter a preponderância e controle sobre as deliberações sociais da CELG D, incluindo a indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Subsidiária, bem como as respectivas diretorias: Presidência, Diretoria Econômico-Financeira, Diretoria de Regulação, Diretoria Administrativa e Diretoria de Operação. Os investimentos na controlada e subsidiária estão demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas informações trimestrais consolidadas os saldos dos investimentos na controlada CELG GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na subsidiária CELG D permaneceu ajustado pela equivalência patrimonial nas informações trimestrais consolidadas, incluindo a respectiva provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária, ou seja, os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária não foram consolidados com a CELGP nas informações trimestrais de 31 de março de 2013, tendo sido feita a reapresentação da posição de resultados de 31 de março de 2012, desconsiderando-se os números da CELG D para efeito de

comparabilidade. As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais individuais da controlada CELG GT. As informações individuais da controlada CELG GT foram incorporadas ao processo de consolidação da CELGPAR na data base de 31 de março de 2013 e geraram a reapresentação da posição consolidada da CELGPAR na data base de 31 de dezembro de 2012, visto que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, nos moldes da NBC TG 19 – Negócios em Conjunto. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as informações contábeis intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2.b, a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, a de nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para a concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que o portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal – NIS; e a nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária. O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390 mil, encaminhado à subsidiária CELG D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A subsidiária encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade. Em resposta à manifestação da subsidiária, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002.

Em função dessa anulação, a Controlada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela ANEEL. A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da Subsidiária Integral CELG D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da CELGPAR e CELG D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2.c, em 31 de março de 2013, a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D mantém consignados créditos com o Estado de Goiás correspondente a: (a) Lei nº. 13.062/97 de 9 de maio de 1997 - referente a valores não repassados pelo Governo Estadual à Subsidiária, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão desta no exercício social de 2006; e (b) Parcelamento - Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D o Quarto Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, o qual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº. 528 de 5 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007. O saldo devedor desse Termo foi atualizado monetariamente pela variação do IGPM e acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês. O valor de R\$ 1.600.000 mil foi pago à Subsidiária pelo Estado de Goiás, mediante a utilização de parte dos recursos da 1ª tranche do empréstimo obtido pelo mesmo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, liberada em 29 de dezembro de 2011. Este empréstimo faz parte das negociações em andamento entre o Estado de Goiás e as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, definidas no Protocolo de Intenções assinado em 15 de dezembro de 2011 e, por sua vez, referendadas no acordo de acionistas assinado em 24 de abril de 2012. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 10.2.g, em 29 de junho de 2012 foi firmado o Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas entre a subsidiária CELG D e Eletrobrás. O montante foi parcelado em 60 meses, com vencimento dia 30 de cada mês, sendo a primeira parcela vincenda em 30 de maio de 2014. O valor da parcela de amortização será calculado mediante a divisão do saldo devedor pelo número de prestações devidas, sendo o saldo devedor atualizado com base na aplicação pro rata temporis da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (a) – Acordo do Governo do Estado de Goiás e Eletrobras - a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da CELG Distribuição S.A. – CELG D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Subsidiária pela Eletrobras encontram-se em andamento, vinculadas especificamente no delineamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da CELG D, de propriedade da CELGPAR, para a Eletrobras. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (b) – Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica - com a edição

pelo Governo Federal, da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A subsidiária CELG D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (c) – Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. A decisão quanto a estas prorrogações foi objeto de deliberação, por parte da acionista única Companhia Celg de Participações – CELGPAR, por meio da 74ª Reunião do Conselho de Administração, com início em 12 de novembro de 2012 e término em 21 de novembro de 2012, e 29ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de novembro de 2012. A Administração da Controlada CELG GT, de forma conjunta aos interesses do acionista majoritário, optou por não efetuar a prorrogação da concessão de Geração, permanecendo a vigência dos contratos atuais desta concessão, à exceção da Usina Hidrelétrica de São Domingos, cuja renovação encontra-se, atualmente, em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, bem como na esfera judicial. Com relação à concessão de Transmissão, optou pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73, vem sendo recebido parceladamente pela CELG GT, com vencimento em 7 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano. Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações a Administração da CELG GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora CELGPAR, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da CELG GT. Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora CELGPAR e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à CELG GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações, pela implementação de medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

As informações contábeis intermediárias da controladora, COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Desta forma, a continuidade normal da instituição, dependerá da capacidade de realização de seus ativos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A cobertura do patrimônio líquido negativo de R\$ 2.178.255 mil, dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

As informações contábeis intermediárias da subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Entretanto, a Companhia tem sofrido contínuos prejuízos, apresentando deficiência de capital de giro, elevação da participação de capital de terceiros, além da apresentação de patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no valor de R\$ 1.109.155 mil. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

A controlada direta CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT, no primeiro trimestre de 2013, apresentou um lucro de R\$ 19.483 mil, entretanto, mantém um prejuízo acumulado de R\$ 8.337 mil. A administração da Companhia, visando o reequilíbrio econômico e financeiro, vem tomando diversas medidas e a reversão da situação atual estará sujeita ao sucesso dessas implementações adotadas, além de outras, que deverão ser efetuadas ao longo dos próximos exercícios. Nossa conclusão não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPAR, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Goiânia, 20 de setembro de 2013.

UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC RS 3717 S GO
HERALDO S. S. DE BARCELLOS
Contador CRC RS 11609 S GO
CNAI Nº 43
Responsável Técnico